



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

INTERESSADO: OLÍMPICA COLÉGIO E CURSOS

ASSUNTO : AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA (ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO) COM AVALIAÇÃO NO PROCESSO.

RELATORA : CONSELHEIRA TEREZA MARIA BARROS CAMPOS DO AMARAL

PROCESSO nº 36/2001

APROVADO PELO PLENÁRIO EM 27/08/2001.

PARECER CEE/PE nº 57 /2001-CEB

I - RELATÓRIO:

A Diretora Executiva da Diretoria de Normatização do Sistema Educacional de Pernambuco, através de ofício nº 36/2000, em 14/02/2001, encaminha ao CEE/PE o processo da Escola Olímpica Colégio e Cursos, solicitando análise e parecer para o funcionamento do curso EJA - Ensino Fundamental.

Em correspondência datada de 23/01/2001, o Diretor da Escola Olímpica de Ensino Infantil e Fundamental, Cadastro Escolar P050.441, situada à Rua Jerônimo Heráclio, 659 - IPSEP-Recife/PE, solicita à Presidenta do CEE/PE "que autorize o funcionamento do Curso Supletivo a nível Fundamental e Médio com Avaliação no Processo, engajando assim o referido estabelecimento de ensino no Sistema de Educação de Jovens e Adultos.

Instruem o processo:

1. Ofício nº 36/2000, de 14/02/2001, ao CEE/PE da DENSE;
2. Correspondência do Diretor da Escola Olímpica à presidenta do CEE/PE em 23/01/2001;
3. Correspondência do Diretor da Escola Olímpica ao Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, solicitando "mudança de denominação do Estabelecimento de Ensino para Olímpica Colégio e Cursos" com despacho favorável do gerente da Divisão da Inspeção da DEE Recife Sul em 23/01/2001;
4. Relatório de Visita de Verificação Prévia - DEE Recife Sul em 18/01/2001.
5. Proposta Pedagógica do Olímpica Colégio e Cursos - Ensino Supletivo Níveis Fundamental e Médio Educação de Jovens e Adultos;
6. Emenda Regimental - EJA - Ensino Fundamental e Médio.
7. Relação e Documentação dos Professores.

II - ANÁLISE E VOTO:

O Parecer CNE/CEB nº 11/00 determina que "a autorização de funcionamento, o credenciamento e as verificações dos cursos de EJA pertencem aos sistemas obedecidas as normas gerais da LDBEN e da Constituição Federal (...), os ofertantes de cursos deverão apresentar aos sistemas como componente imprescindível da documentação a sua Proposta de Regimento para conhecimento e análise e o Projeto Pedagógico para efeito de registro histórico e de investigação científica."

A Resolução CNE/CEB nº 01/2000 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais de EJA em seu Art. 16, parágrafo único, reafirma o exposto no supracitado Parecer e, em seu Art. 9º, parágrafo único, determina que "as instituições ofertantes informarão aos interessados, antes de



cada início de curso, os programas e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos didáticos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições."

Além do exposto, as instituições ofertantes de EJA deverão orientar os processos formativos desta modalidade de educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, nas DCN de EJA Resoluções CNE/CEB nº 02/98 e nº 03/98 e seus respectivos Pareceres e de acordo com a LDB em seus Artigos 4º, 5º, 37, 38 e 87 e, conforme o Sistema Estadual de Educação, Resolução CEE/PE nº 02/99-CEJA.

É nesse contexto legal que passamos a analisar o "pedido de funcionamento de Curso de Educação de Jovens e Adultos em nível fundamental e médio com avaliação no processo" formulado pelo Olímpica Colégio e Cursos.

A Proposta Pedagógica do Curso carece de revisão conceitual conforme os fundamentos legais de EJA. Apresenta ainda a identificação institucional autorizada pela DEE Recife Sul mas não anexou a publicação em Diário Oficial. A Escola oferece Educação Infantil e Educação Profissional - Auxiliar de Enfermagem e Ensino Fundamental.

A Justificativa do Curso deve ser reformulada de acordo com a concepção e fundamentos legais de EJA.

Os Objetivos e Metas estão de acordo com a Resolução CEE/PE nº 02/99.

Os Critérios de Inclusão ou Matrícula dos alunos atendem ao exposto na Resolução CNE/CEB nº 01/00, Artigos 7º e 8º e Art. 22 sobre o aproveitamento de estudos.

Os Professores são habilitados em Licenciatura Plena conforme documentação apresentada e registro da DEE Recife Sul.

O ambiente físico, equipamentos e mobiliário estão adequados conforme o Relatório de Visita de Verificação Prévia, contando inclusive com Biblioteca e Laboratório de Informática com Internet.

A organização do Curso de Ensino Fundamental atende à Resolução CEE/PE nº 02/99 em seu Art. 4º, no que determina que os cursos de EJA compreenderão no mínimo a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos, entretanto descumpre a carga horária que deverá ser de 1600 horas podendo ser distribuída no 1º módulo que corresponde às 5ª e 6ª séries 800 horas e no 2º módulo - 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental 800 horas.

A matriz curricular está de acordo com o Art. 18 da Resolução CNE/CEB nº 01/00, carecendo de melhor adequação ao paradigma curricular proposto no Art. 3º da Resolução nº 02/98 CNE/CEB.

A matriz curricular do Ensino Médio apresentada na Proposta Pedagógica do Curso não atende aos Artigos 35 e 36 da LDB nem aos requisitos do Art. 18 da Resolução CNE/CEB nº 01/00 e Resolução CNE/CEB nº 03/98, Art. 6º.

A organização em módulos correspondentes às 3 séries do Ensino Médio deverá ajustar-se à Carga Horária exigida de 1200 horas.

O sistema de avaliação, recuperação e frequência atende à legislação vigente.

O Regimento Escolar inclui Emenda Regimental do "Curso de Educação de Jovens e Adultos" proposto, devendo adequar-se à legislação de EJA.

Considerando o exposto e analisado, somos de parecer contrário à autorização solicitada pelo Olímpica Colégio e Cursos para a autorização do curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental e Médio, como está formulado em seu Projeto Pedagógico e Regimento Escolar, podendo o mesmo ser reapresentado ao CEE/PE conforme orientação apresentada na análise dos itens estruturadores da Proposta Pedagógica e Regimento Escolar. Destacamos ainda a necessidade de apresentar a proposta de formação continuada dos Professores, conforme o exposto no Art. 17, I, II, III e IV da Resolução CNE/CEB nº 01/00.

Este é o voto. Dê-se ciência ao interessado e à DEE Recife Sul.

4



III - CONCLUSÃO DA CÂMARA:

A Câmara de Educação Básica acompanha o Voto da Relatora e encaminha o presente Parecer à apreciação do Plenário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 2001.

MARIA IÊDA NOGUEIRA - Presidenta
TEREZA MARIA BARROS CAMPOS DO AMARAL - Vice-Presidenta e Relatora
ALCIDES RESTELLI TEDESCO
ANTONIO CARLOS MARANHÃO DE AGUIAR
ARMANDO REIS VASCONCELOS
MARIA BEATRIZ PEREIRA LEITE
MARIA TERESA LEITÃO DE MELO
MARIA EDENISE GALINDO GOMES

IV - DECISÃO DO PLENÁRIO:

O Plenário do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco decide aprovar o presente Parecer nos termos do Voto da Relatora.

Sala das Sessões Plenárias, em 27 de agosto de 2001.

ANTONIO CARLOS MARANHÃO DE AGUIAR
Presidente em exercício

VISTO
Conselho Estadual de Educação/PE
Recife, 03 / 09 / 2001


Hormenegilda C. Sá
Secretaria Executiva